

FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL EM MONTES CLAROS-MG

Tyellen Sany Cruz dos Reis

Iara Soares de França

Universidade Estadual de Montes Claros

Resumo: A cidade precisa ser interpretada em seu conjunto, ao mesmo tempo, considerando suas peculiaridades intraurbanas e as transformações que vêm ocorrendo nesta escala geográfica, revelando processos urbanos diversos como a fragmentação espacial. No Brasil, o processo de fragmentação espacial já é bastante explorado em pesquisas acadêmicas voltadas para as metrópoles, porém, nas cidades médias, estudos acerca do tema são recentes. Nessas cidades, a fragmentação espacial configura-se com ritmos e características próprias. Desse modo, esse artigo analisa o processo de fragmentação espacial na cidade média de Montes Claros/MG. Para essa finalidade, utilizou-se a variável renda; importante nas pesquisas sobre o referido processo, associada a componentes do urbano como mobilidade, centralidades, espaços públicos e de lazer, consumo e expansão horizontal. A metodologia adotada foi quali-quantitativa, com análise teórica e pesquisa de campo com registro iconográfico, além de aplicação de questionários para a população. Verificou-se, mediante os resultados obtidos, que Montes Claros é uma cidade fragmentada espacialmente. Isso se revela a partir dos contrastes no seu tecido urbano dadas as suas atuais formas de configuração e estruturação refletidas, entre outros aspectos, na segmentação espacial em razão dos usos sociais.

Palavras-chave: Urbanização; Cidades Médias; Fragmentação Espacial.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre fragmentação no Brasil indicam que esse processo está vinculado à urbanização acelerada que marcou o país na segunda metade do século XX. Dessa maneira, o processo de fragmentação é relevante para a compreensão das dinâmicas urbanas contemporâneas imbricadas à produção do espaço em suas especificidades, tendo em vista, os componentes espaciais, econômicos, políticos e sociais.

Importantes expoentes como Sposito e Góes (2018, 2013), Souza (2018), Zandonadi (2015, 2008), Soja (2008) e Salgueiro (1998, 2005) avaliam a fragmentação a partir das transformações sociais no contexto da modernidade avançada ou pós-modernidade, ou mesmo como consequências do pós-fordismo.

As pesquisas sobre o processo de fragmentação identificam diversas perspectivas teóricas e metodológicas. No Brasil um dos primeiros autores a fazer referência a esse termo fragmentação foi Milton Santos (1990). No livro intitulado *Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo*, o geógrafo, ao contextualizar a imobilidade das pessoas na cidade de São Paulo, argumenta que a dificuldade de deslocamento de elevado número de pessoas leva a cidade a se tornar um conjunto de guetos e transforma sua fragmentação em desintegração. Por se tratar de um processo recente, se comparado à outros no urbano, entende-se que tal movimento não deve ser analisado isoladamente, mas sim sob a perspectiva de outros elementos, considerando suas dinâmicas e escalas.

Nessa perspectiva, o presente artigo analisa o processo de fragmentação especial em Montes Claros/MG. Montes Claros é uma cidade média¹ e foi analisada pelos estudos de Amorim filho; Rigotti (2007), Pereira (2007) e França (2007). Estes autores a qualificam como cidade média tendo como pressupostos, entre outros fatores, a posição geográfica que se encontra no território norte mineiro e a função regional que exerce nesse espaço.

Montes Claros está localizada na Região Geográfica Intermediária de Montes Claros (IBGE, 2017) que possui como Regiões Imediatas os municípios de Montes Claros, Janaúba, Salinas, Pirapora, Januária, São Francisco e Espinosa. No total, a região intermediária de Montes Claros possui 86 municípios.

O Município de Montes Claros possui uma área total de 3.576,76 km² e está entre as coordenadas geográficas 16° 04' 57" e 17° 08' 41" de Latitude sul e entre as Longitudes 43° 41' 56" e 44° 13' 1" oeste de Greenwich. A cidade ocupa uma área de 145 km². A altitude é de 648 metros (Figura 1). Conforme dados do IBGE, a população estimada do município no ano de 2022 é de 413.487 habitantes e taxas de urbanização de 95%. Além do dinamismo populacional, o município é uma das maiores economias mineiras. No ano de 2021 Montes Claros apresentou PIB no valor de R\$ 10,8 bilhões de reais (IBGE, 2022).

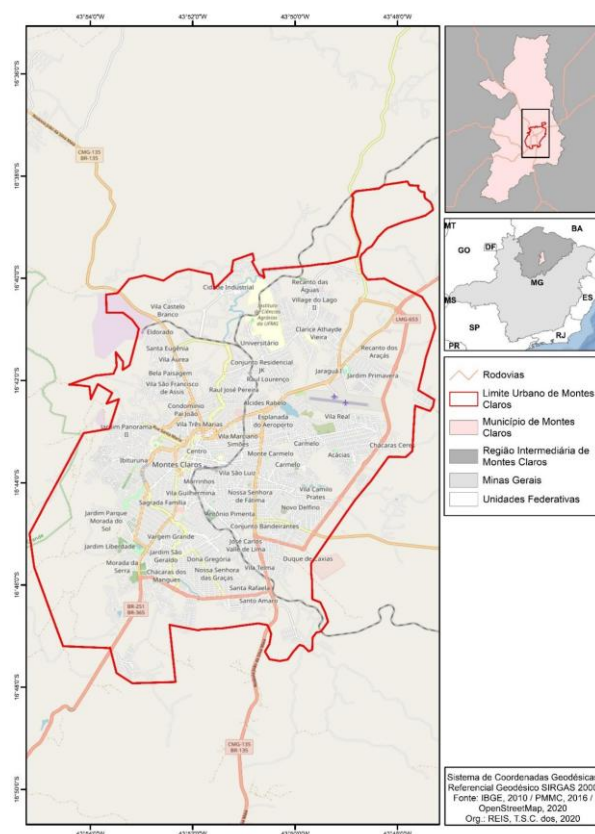


Figura 1 – Área Urbana de Montes Claros – MG

¹ Para uma ampla consulta e discussão sobre as cidades médias pesquisar a ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias que produz um conjunto de pesquisas sistematizadas sobre esses centros urbanos e vem divulgando os resultados desde o ano de 2007. Seu endereço é <https://sites.google.com/a/recime.org/producao-da-recime/rede/recime>. Para uma compreensão de Montes Claros no âmbito da urbanização contemporânea, consultar França (2020).

² Fonte: Atlas Ambiental de Montes Claros, 2020.

Como procedimentos metodológicos, destaca-se a elaboração dos mapas de localização da área urbana, Renda per capita por região de planejamento; Principais Corredores de Trânsito e Fragmentação Espacial em Montes Claros (Figura 7). Para a elaboração dos mapas utilizou-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Prefeitura Municipal de Montes Claros, bem como aqueles levantados em pesquisa de campo.

Realizou-se ainda aplicação de questionários com questões semiestruturadas, cujo objetivo foi o de agregar à pesquisa a visão da população em relação à mobilidade, centralidade, consumo e espaços públicos. O questionário destinado à população foi elaborado no Google Forms. O link de acesso a ele foi compartilhado com o público alvo (pessoas residentes em Montes Claros e maiores de 18 anos) por meio de e-mail e por mensagens pelo aplicativo WhatsApp. Os questionários foram aplicados entre os dias 14 e 28 de dezembro do ano de 2020, registrando nesse período 232 contribuições. Os questionários formulados para a população foram enviados via e-mail e as respostas foram devolvidas por meio de áudios, que foram transcritos.

O texto está estruturado em três partes. Nesta introdução explana-se o tema fragmentação espacial no âmbito da atual urbanização brasileira e situa a cidade média de Montes Claros, o objeto de estudo. Na segunda parte aborda-se a questão da nova urbanização e a fragmentação espacial como um dos processos dela característicos, recorrendo a alguns contributos teóricos que se debruçaram sobre esses temas. Após isso, demonstra-se o processo de fragmentação espacial constituído nesta cidade média no contexto da urbanização contemporânea. Ainda nesta parte, ancorada pela literatura, a análise se realiza a partir da variável renda (uma das mais importantes nos estudos sobre o processo de fragmentação espacial) e de questionários aplicados à população explorando elementos de mobilidade urbana, centralidade, consumo e uso de espaços públicos.

CIDADE, OS NOVOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E A FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL

A urbanização mundial estendeu-se após o século XIX pela Europa, difundindo-se da Inglaterra para a França, atingindo uma abrangência global em suas especificidades e espacialidades. Em seus primórdios a urbanização foi estimulada pelos processos migratórios campo-cidade; o êxodo rural; em razão de atrativos para emprego na indústria juntamente com a expectativa da população por melhorias na qualidade de vida. A intensificação dos processos urbano-industrial, transformou a cidade e toda a sociedade, notadamente, após o século XX, alicerçando e potencializando outros sistemas como o modo de produção capitalista, a modernização, a globalização, a reestruturação produtiva e econômicas dos países.

O padrão de urbanização acelerado no mundo revela a relevância desse processo no campo analítico. No século XIX com a II Revolução Industrial cerca de 15% da população mundial vivia em cidades. Com a Segunda Guerra Mundial e sob o sistema capitalista de produção no século XX, o fenômeno migratório ampliou-se por várias regiões do planeta, como nos países em desenvolvimento, o Brasil, por exemplo. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas - ONU a população mundial estimada é de 7,7 bilhões. Essa instituição projeta o rápido crescimento da população urbana para 2050, representando aproximadamente 70% de urbanização (ONU, 2020).

Assim, com o desenvolvimento e a consolidação da urbanização, é fundamental reexaminar esse processo na sua fase atual, refletindo nesse contexto a própria reestruturação do espaço nas diversas escalas geográficas e seus condicionantes e desdobramentos.

Garnier (1980) remetendo a disseminação e dinâmica da urbanização através das cidades, isto é, a relação forma e processo, aplica a noção de “Fenômeno Urbano” reconhecendo a diversidade do movimento contemporâneo da urbanização em termos de organização, forma, função, processos e agentes.

Nessa direção, Soja (2008) avalia que os “novos processos de urbanização” estão afetando em diversos níveis de intensidade todos os espaços do mundo. Como desdobramento, diversas formas urbanas e práticas espaciais são geradas evidenciando o alcance e a escala de interpretação configuradas nas cidades com a evolução do milênio. Seus efeitos se expressam nos variados campos:

[...] son los resultados geográficos de los nuevos procesos de urbanización y sus efectos concretos en la vida diaria, la planificación y el diseño del entorno construido, y el irregular modelo de crecimiento económico y desarrollo intraurbano. (SOJA, 2008, p. 355).

A partir disso, instiga-se reflexões epistemológicas com os desafios científicos teóricos a elas inerentes para a leitura e interpretação, nos dizeres de Soja (2008), das “novas formas de urbanização”. O estudo do processo de urbanização na ciência geográfica é parte fundamental na análise espacial, sobretudo, no campo da geografia urbana. Todavia, para além do domínio da pesquisa geográfica registram-se importantes contribuições como aquelas derivadas dos pensamentos de Castells (1972), Gottdiener (1997), Lefebvre (2001) e Secchi (2015), entre outros.

No caso brasileiro³ destaca-se a análise de Roberto Lobato Corrêa (2007). No texto denominado Perspectivas da Urbanização Brasileira – uma visão geográfica para o futuro próximo o autor reconhece - no final do século XX e o início do século XXI - os extremos da segregação residencial e da diferenciação sócio-espacial na cidade brasileira. Esses extremos tornarem-se mais marcantes, refletindo e condicionando desigualdades que se ampliam.

Além do referido geógrafo projetam-se as contribuições sobre a urbanização brasileira, suas características e tendências desenvolvidas por Santos (2005), Monte-Mór (1994), Matos (2005), Lencioni (2017), Limonad (2006) e Sposito (2001).

Os estudos acima relacionadas revelam importantes perspectivas para a análise espacial geográfica sobre a cidade e a urbanização contemporânea no Brasil, podendo-se indicar, dentre outras:

- ❖ As redefinições no modo de produção capitalista nas últimas décadas constituem um novo momento que se reflete e se apoia na própria reestruturação urbana e das cidades;
- ❖ a diversidade do território nacional, suas transformações, ritmos e as distintas escalas de urbanização que se manifestam tanto em termos quantitativos como qualitativos;
- ❖ a crescente articulação entre os centros urbanos em escala local, regional, nacional e mundial;
- ❖ as cidades configuradas historicamente como a forma materializada mais complexa do fenômeno urbano, e, como construção humana, centro da produção econômica e tecnológica, foco de processos socioespaciais em suas particularidades;

³ O projeto Áreas Urbanizadas do Brasil produzido pelo IBGE (2015) apresenta o resultado do mapeamento das manchas urbanas demonstrando o estágio de urbanização no território brasileiro entre os anos de 2011 a 2015.

- ❖ a manifestação das relações sociais e estilos de vida, sobretudo, sob comando do sistema capitalista imprimindo novas lógicas comportamentais de consumo, de circulação e de trabalho que são refletidas em novas espacialidades;
- ❖ dentre elas, a metropolização para além da “metrópole”, considerando o padrão originalmente constituído por meio de São Paulo e Rio de Janeiro, como parte da urbanização contemporânea, ademais;
- ❖ a produção da cidade imbricada com as novas formas de urbanização impulsionando a complexificação dos padrões espaciais, e com isso gerando;
- ❖ a fragmentação e dispersão do urbano em “territórios” o que implica na conformação das centralidades e das novas centralidades urbanas pela metamorfose da estrutura urbana monocêntrica para a policêntrica e/ou multicêntrica;
- ❖ avanço, densidade e crescente complexidade com efeitos qualitativos e quantitativos traduzindo também novas funções urbanas com fluxos e produção de capitais, bens, serviços, consumos multiescalares que geram novos arranjos locais e populacionais;
- ❖ a relação rural e urbano no Brasil contemporâneo mediada pelas questões ambientais;
- ❖ a dispersão de atividades e população no espaço nacional altera o padrão concentrador, tal movimento associa-se a um quadro de precariedades nas grandes metrópoles que guarda relação com a expansão das deseconomias de aglomeração, carência de empregos e piora da qualidade de vida, com isso;
- ❖ diferentes problemas e conflitos urbanos vinculados a fatores sociais, políticos e econômicos, isto é, uma polarização com riqueza e pobreza concentrada nas cidades;
- ❖ um quadro geral complexo onde diferentes processos espaciais se manifestam acentuando as desigualdades, a segregação e a fragmentação espacial urbanas.

Nesse diapasão, esse item explora a relação entre urbanização contemporânea e o processo de fragmentação espacial na perspectiva das cidades médias. Sposito (2020) reconhece a fragmentação como um processo geral, próprio da urbanização contemporânea, isto é, não é um conceito que se aplica a períodos pretéritos da vida urbana. A autora defende que é importante reconhecer as particularidades desse processo em países da periferia do capitalismo, onde clivagens de diferentes matizes e formas acentuadas de diferenciação e desigualdade dão muitas tonalidades a ele.

Nesse viés, Lago (2002) afirma que as tendências urbanas que ocorrem nas cidades latino-americanas convergem para a instalação de um novo padrão de segregação, fragmentado e excludente, resultando na transformação, por um lado, da escala da segregação com a redução da distância física entre ricos e pobres. E, por outro, na natureza da segregação com a formação de enclaves no tecido urbano, seja pela autosegregação das camadas superiores e médias, seja pela crescente estigmatização dos espaços de pobreza como espaços de violência.

Na abordagem espacial da fragmentação, analisa-se, nas cidades, como se dá a produção do espaço urbano e o papel dos agentes produtores desse espaço. As principais teorias apresentam análises acerca dos processos de diferenciação e desigualdade espacial, justaposição, separação, dispersão e fragmentação. (VASCONCELOS, 2018).

Um dos principais conceitos acerca da fragmentação é proposto por Salgueiro (1998) que define a fragmentação como uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. Para a autora, essa separação

reflete o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios.

Souza (2008, p. 56) explica que a “Fragmentação tem a ver, obviamente, com fragmentos. E fragmentos são partes [...]”. Trata-se de muito mais que um processo de “diferenciação”, e, vai além, até mesmo, de um processo de “segregação”.

As conceituações de Salgueiro (1998) e Souza (2008) apresentam o caráter de separação, característico do processo de fragmentação, em que os cidadãos, outrora separados territorialmente, agora apresentam-se separados em razão das suas diferenças sociais.

A fragmentação espacial é uma ramificação da fragmentação. “A fragmentação espacial é um processo de recomposição espacial a todas as escalas, do bairro ao mundo, decorrente dos novos fatores de localização e de relação entre lugares” (SALGUEIRO, 2005, p.309).

Nessa perspectiva, têm-se na cidade fragmentada a heterogeneidade dos modos de vida e usos da terra com a dispersão de núcleos sociais sobre o tecido urbano em razão, principalmente da renda. Esse fator impacta diretamente nas dinâmicas de segmentação, seja ela pela moradia, consumo, lazer, bem como, pelas relações de socialização entre os cidadãos.

Especificando essa dinâmica, percebe-se nas cidades médias maiores alterações no tecido intraurbano, tanto em relação ao seu crescimento acentuado, marcado pela extensão e descontinuidade e também por alterações na relação centro-periferia a partir das mudanças no padrão de ocupação do solo urbano e na multiplicação de centralidades. Dinâmicas estas que associadas, se desdobram no surgimento ou acentuação da segregação socioespacial, fragmentação urbana e exclusão social, fenômenos característicos de uma urbanização em crise (ZANDONADI, 2015).

O Indicador Renda *per capita*

A renda é um indicador importante para os estudos da cidade, pois reflete a desigualdade social de uma população. A cidade é fragmentada por fatores econômicos, sociais e políticos. Nesse sentido, quanto maiores as disparidades socioeconômicas entre as classes sociais, maiores são as diferenças nas formas de moradias, quanto aos acessos a serviços públicos e, como efeito, na qualidade de vida das pessoas.

Vasconcelos (2018) analisa que as áreas sociais econômicas tendem a se apresentar justapostas, mas em muitos casos se superpõem ou estão imbricadas. As lógicas que presidem tais áreas apresentam diferenças, mas não são estranhas entre si. A acumulação de capital e a reprodução das diferenças sociais são as motivações essenciais, implícitas ou explícitas, que engendram o espaço da cidade capitalista, os mosaicos sociais e econômicos que ora se justapõem, ora se interpenetram.

Em estudo sobre renda na cidade de Montes Claros, Batista (2017) argumenta que a produção da cidade sob a égide do capital produz espaços dicotômicos, nos quais cada indivíduo tem o acesso mediado por sua capacidade de pagar. Para a autora, subjugam-se a renda às necessidades de reprodução da vida como moradia e lazer. Isto é evidente quando se analisa as diversas formas de residir, tendo em vista que morar é uma necessidade de todo ser humano e que não se vive sem ocupar um lugar no espaço.

França (2010) avaliou o comportamento do indicador renda do município de Montes Claros, conjuntamente com o indicador de pobreza, já que esses elementos permitem problematizar e observar um processo que é histórico na sociedade brasileira, qual seja: o crescimento da riqueza e a redução

relativa da pobreza, porém com a manutenção ou aumento da desigualdade por meio da concentração de renda (FRANÇA, 2010). A figura 2 apresenta a distribuição de renda per capita, em Reais, por Região de Planejamento em Montes Claros.

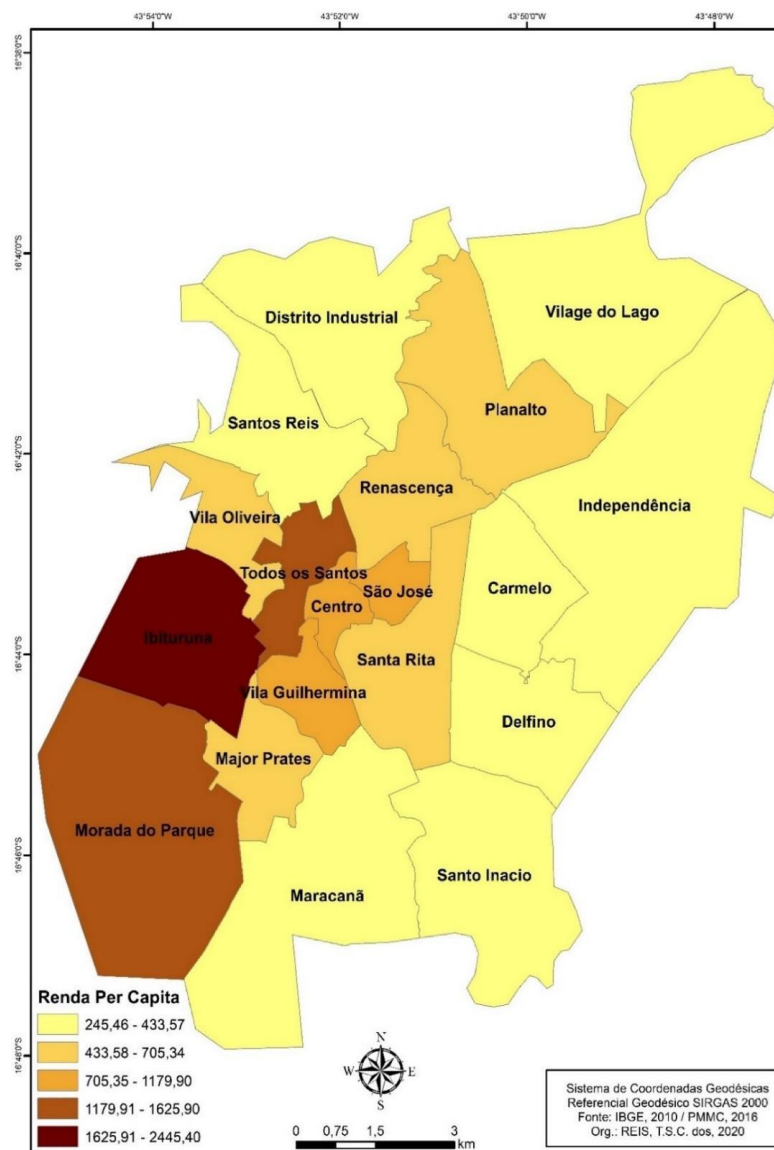


Figura 2 - Renda Per Capita por Região de Planejamento

Identifica-se a concentração de renda na área oeste da cidade, mais especificamente na Região de Planejamento Ibituruna, onde a renda per capita está entre R\$ 1.625,91 e R\$ 2.445,40 (IBGE, 2010). Em Montes Claros essa é a área que possui o mais alto valor do solo, sendo ocupada por população de maior renda. Nela concentram-se residências e condomínios de alto padrão, há a presença de áreas verdes, como a Serra do Ibituruna e os parques Sapucaia e Guimarães Rosa (figura 3), que tornam a localização privilegiada, sendo forte atrativo para o mercado imobiliário (BATISTA, 2017).



Figura 3 - Parque Guimarães Rosa ou Sagarana

Autor: REIS, T. S. C. Fevereiro /2020.

Ligadas à região do Ibituruna, tem-se Morada do Parque e Todos os Santos. Em todas essas regiões o valor da renda per capita apresenta-se superior ao se comparar com as demais. Morada do Parque segue as mesmas tendências do Ibituruna, com amenidades climáticas e localização privilegiada, estando próxima à Serra do Mel e às áreas de lazer público, como o Parque Municipal Milton Prates.

Já o Todos os Santos está justaposto ao Ibituruna, bem como à região Centro. Nela tem-se a presença de áreas comerciais, sendo a Avenida Santa Maria, uma via de ligação centro-bairro, bem como percebe-se concentração de residências de alto e médio padrão nesses espaços.

Portanto, nas áreas de maior renda da cidade concentram-se a população com alto poder aquisitivo. Nelas é possível observar o padrão residencial de alto status, seja pelas fachadas das casas e pela concentração de condomínios residenciais fechados com vigilância 24 horas (figura 4).



Figura 4: Condomínios localizados na Região Oeste de Montes Claros. (A) Condomínio Portal das Acácias, (B) Condomínio Portal da Serra, (C) Condomínio Portal das Arueiras e (D) Condomínio Portal das Arueiras.

Fonte: FRANÇA et al., (2014)

Esse perfil residencial reflete a seletividade da moradia pela população de maior renda. A população reside em áreas com amenidades climáticas, próximas às áreas verdes; distante de centros comerciais, com menor fluxo de veículos e pessoas no entorno; bem como em locais de maior segurança, seja pela presença de muros e aparatos de monitoramento, ou pela localização privilegiada, distante de áreas de alta criminalidade.

Em relação à seletividade da moradia, Catalão (2013) argumenta que os grupos abastados encontram facilidades de escolha da moradia, facilidades estas ligadas ao poder de compra, enquanto grupos mais desprovidos têm de adaptar-se às circunstâncias. Como resultado disso, a disposição dos bairros nas cidades ou das cidades torna-se uma justaposição de fragmentos desconexos.

Já na área leste da cidade verifica-se a menor renda per capita, cujos valores variam entre R\$ 245,46 e R\$ 433,57. Nesta área há uma maior concentração de regiões na mesma faixa de renda per capita, a saber: Santo Inácio, Delfino, Carmelo e Independência. Nas áreas de menor renda é possível observar as diferenças nos padrões residenciais das moradias. As fachadas das casas quando possuem acabamento, este é simples quando comparado às residências nas áreas de maior renda. As casas são de menor porte e geralmente não possuem equipamentos de segurança, como as cercas elétricas e portões eletrônicos.

Em função da distância das áreas comerciais, a população de baixa renda é dependente do transporte público urbano para a realização de seus deslocamentos. Essa dependência reflete em um gasto maior de tempo, uma vez que o transporte público atende a cada bairro de maneira diferenciada, sendo o número de veículos e horários disponíveis influenciado pelo volume de usuários. Assim, bairros com volume menor de usuários terão menos frequência de veículos para a realização de seus deslocamentos pela cidade. Percebe-se assim uma limitação na mobilidade da população, uma vez que esta fica refém do serviço que é ofertado, e que se apresenta ineficiente, dificultando a circulação das pessoas.

Na área norte, observa-se variação da renda per capita, sendo que o Distrito Industrial e Village do Lago possuem renda menor que as regiões do entorno, Planalto e Renascença, cuja renda per capita varia entre R\$ 705,35 e R\$ 1.119,90. A figura 5 retrata conjuntos habitacionais contíguos na área norte de Montes Claros/MG.



Figura 5- Conjuntos habitacionais contíguos, área norte de Montes Claros-MG.
Fonte: BARBOSA, R.S. (2016)

É importante registrar a conexão que bairros da area norte possuem com o Centro. (Figura 6). A ligação do Renascença com o Centro é feita pela Avenida Sidney Chaves, uma importante via que funciona como um prolongamento de outra importante avenida de Montes Claros, que é a Avenida Deputado Esteves Rodrigues. Por sua vez, o bairro Planalto conecta-se ao centro pela Avenida Minas Gerais, que se interliga à Sidney Chaves, como também pela Avenida Governador Magalhães Pinto, que liga o centro à principal via de acesso ao Planalto, que é a Avenida Osmane Barbosa.



Diante disso, há maior mobilidade da população nessas áreas, tendo em vista os eixos de ligação entre o centro/bairro e bairro/centro. O desejável é que todas as áreas da cidade tivessem esse mesmo perfil, contudo essa mobilidade é mais observada nas proximidades da área central.

A partir da análise do indicador renda em Montes Claros, diagnosticou-se que das dezenove regiões de planejamento, oito delas, ou seja, 42% estão na faixa de menor renda e apenas uma encontra-se na faixa de maior renda per capita, representando apenas 5% do território.

A desigualdade de renda é um fato notório no Brasil. Ao longo do tempo, pouco se avançou em políticas que visassem a redução da concentração de renda em uma parcela mínima da população. Essa concentração de renda vem refletindo no espaço urbano, uma vez que ela é moldada de forma a atender o desejo de quem possui o capital. Já a população de menor renda permanece dependente de políticas públicas que garantam o direito à cidade, ao passo que o Estado, não raro, alia-se ao capital, aprofundando ainda mais a separação entre ricos e pobres.

O fato é que a alta disparidade na distribuição de renda é um indicador de diferenças também nos aspectos socioespaciais. Entre os aspectos socioespaciais, tem-se o acesso aos equipamentos urbanos como um importante indicador. Como o mercado imobiliário é capitalista, ele articula-se ao Estado de modo que estruturas e equipamentos urbanos são direcionados, em sua maioria, para áreas do interesse do mercado imobiliário. Nesse sentido, observa-se na cidade áreas equipadas e outras desassistidas pelo poder público. Como ilustrado na figura 02 a concentração de áreas de maior renda situa-se no oeste. Portanto, são essas as áreas que tendem a receber mais investimentos em equipamentos urbanos.

Nesse contexto, Batista (2017, p.92) constata que

A valorização das áreas urbanas é demonstrada pelo preço que o solo urbano é comercializado, os valores mais altos estão em áreas com melhor localização, acessibilidade e mobilidade, presença de infraestrutura. Desse modo, o solo urbano é tido como mercadoria, na qual o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso.

A figura 7⁴ retrata o processo de fragmentação espacial em Montes Claros a partir da variável renda e a configuração de outros elementos constituintes do urbano como a centralidade, os espaços públicos e crescimento horizontal.

⁴ A metodologia da produção e extração dos dados no mapa de fragmentação espacial, baseou-se na aquisição de arquivos shapefile, referentes as camadas de Regiões de Planejamento, Centralidades, Espaços Públicos de Lazer, praças e expansão horizontal, disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Montes Claros. As Regiões de Planejamento têm como base geral o Decreto Municipal nº 3.393, de 17 de maio de 2016, onde foram delimitadas a partir da junção dos setores censitários que partilham das mesmas características socioeconômicas. Espaços Públicos de Lazer e Praças foram cedidos na totalidade pelo setor de Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Montes Claros. Para a Horizontalidade, a metodologia empregada parte do princípio de fotointerpretação de imagens de satélite, onde instrumentos de SIG foram empregados para a vetorização e identificação das residências na cidade de Montes Claros, desta forma, pode ser observada a mancha referente as construções e edificações em toda cidade. Shopping Centers e Conjuntos habitacionais, foram identificados a partir do endereço prévio e fotointerpretação e em seguida foram utilizadas ferramentas GIS, no software Qgis 3.22 para marcação do local onde foram identificados.

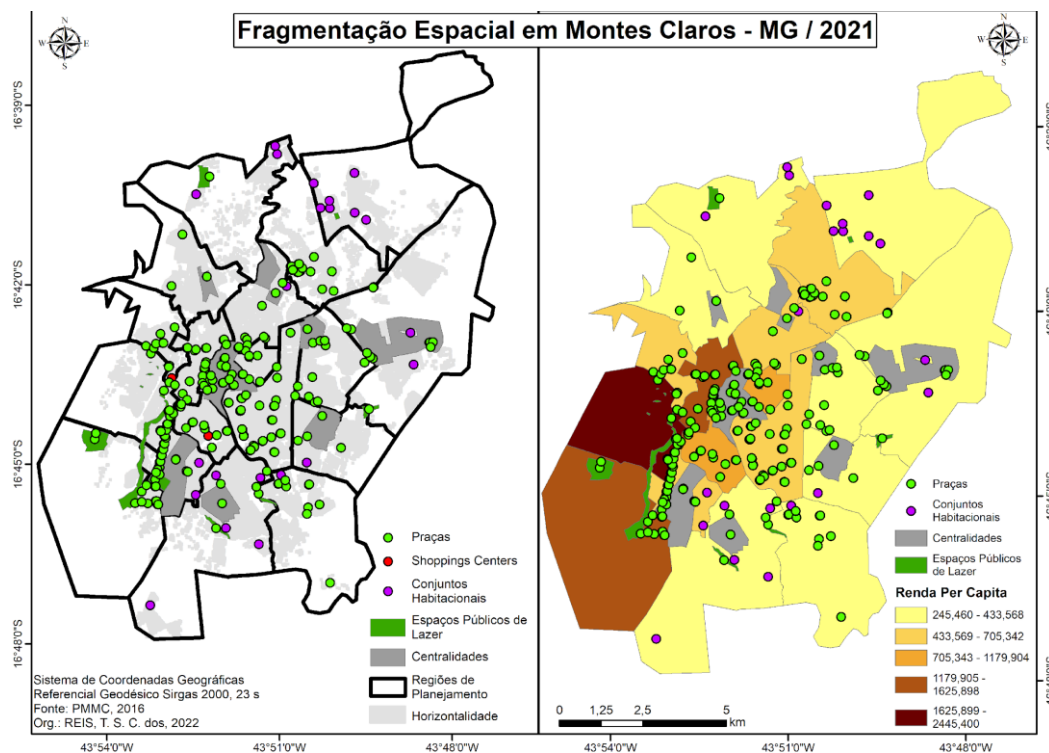


Figura 7 – Fragmentação Espacial em Montes Claros-MG, 2021.

Constata-se pela análise da figura a valorização diferenciada dos espaços. Como exemplo, têm-se os espaços públicos para o lazer e os empreendimentos para o consumo de comércio, serviços e mercadorias, não distribuídos de forma equitativa no tecido urbano. Identifica-se ainda a segmentação da moradia onde os espaços da cidade, dotados de melhor infraestrutura, são ocupados pela população de maiores rendimentos. Mediante a análise dos dados quali-quantitativos explorados, aponta-se Montes Claros como cidade fragmentada espacialmente pela ruptura dos tecidos urbanos.

Mobilidade urbana, centralidades, espaços públicos e de lazer

Com o intuito de verificar junto à população sua visão acerca da cidade de Montes Claros, no que tange à mobilidade urbana e consumo, centralidades espaços públicos aplicou-se questionários, como detalhado na introdução deste texto.

A título de identificação do perfil dos respondentes tem-se a escolaridade, 72% tem formação superior e 28% possuem Ensino Médio. Quanto à renda aproximada dos respondentes, a maioria, ou seja, 47% possuem renda média de 1 a 3 salários mínimos; 32% tem renda entre 4 a 6 salários e 18% superior a 6 salários. Apenas 3% tem renda inferior a 1 salário mínimo.

Em relação à ligação do bairro em que reside ao conjunto da cidade (distância, linhas de ônibus, condições das vias, etc.), 63% avaliam como boa ou ótima, 30% consideram regular. O menor percentual, 7%, consideram ruim/péssima.

O Gráfico 1 destaca os principais meios de deslocamento na cidade. A maioria dos entrevistados, 72%, deslocam-se por uso de veículos automotivos particulares, sendo 47% por automóvel e 25% por motocicletas. Apenas 12% informaram que utilizam o transporte urbano coletivo. Esses dados refletem o modelo capitalista do uso do automóvel em que, em razão da precariedade do transporte público urbano, a população desloca-se por meios particulares de transporte.

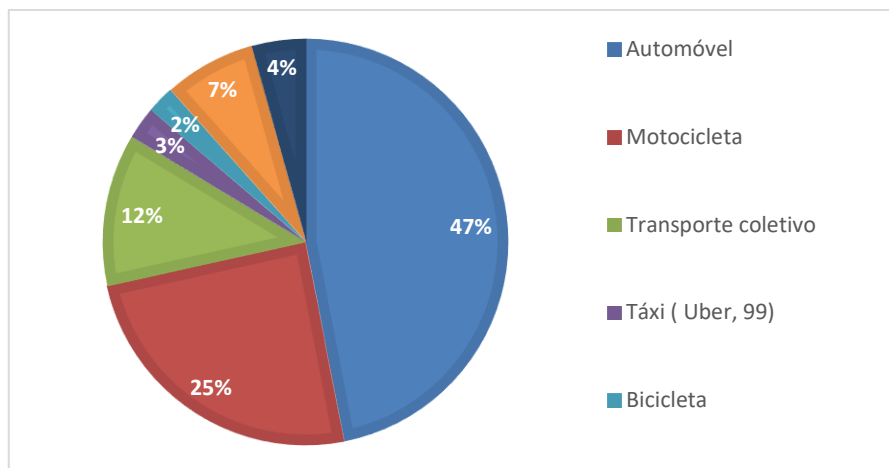


Gráfico 1 – Principal meio de deslocamento para o trabalho ou estudos

Fonte: Pesquisa Direta, 2020.

Org.: REIS, T. S. C., 2021.

Um aspecto importante a ser considerado, é o novo perfil do trabalhador que, em decorrência da pandemia de COVID-19, realiza home office e do estudante que está acessando, parcialmente, as aulas por meios digitais. Nesse perfil, 4% dos respondentes informaram que não está realizando deslocamentos para as finalidades de trabalho ou estudo.

Quanto à distância do trajeto para estudos e trabalhos, 38% consideram o trajeto parcialmente longo, 35% não consideram longe e para 27% longo. Em relação aos locais preferenciais para o consumo de mercadorias, comércio e serviços, o Gráfico 2 identifica que o maior percentual, ou seja 37% usam o centro principal, 19% dos respondentes consomem no próprio bairro e 16% em subcentros em comércio e serviços. (Figura 8).

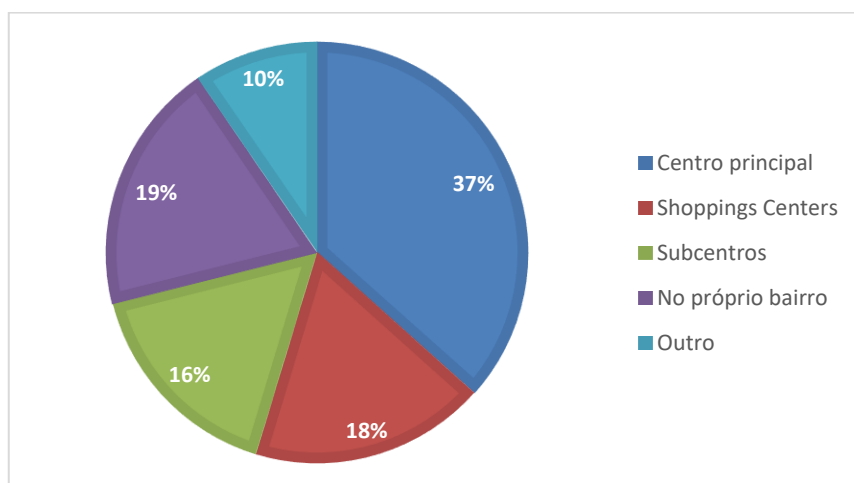


Gráfico 2 – Locais de preferência para consumo de mercadorias e serviços

Fonte: Pesquisa Direta, 2020.

Org.: REIS, T. S. C., 2021.

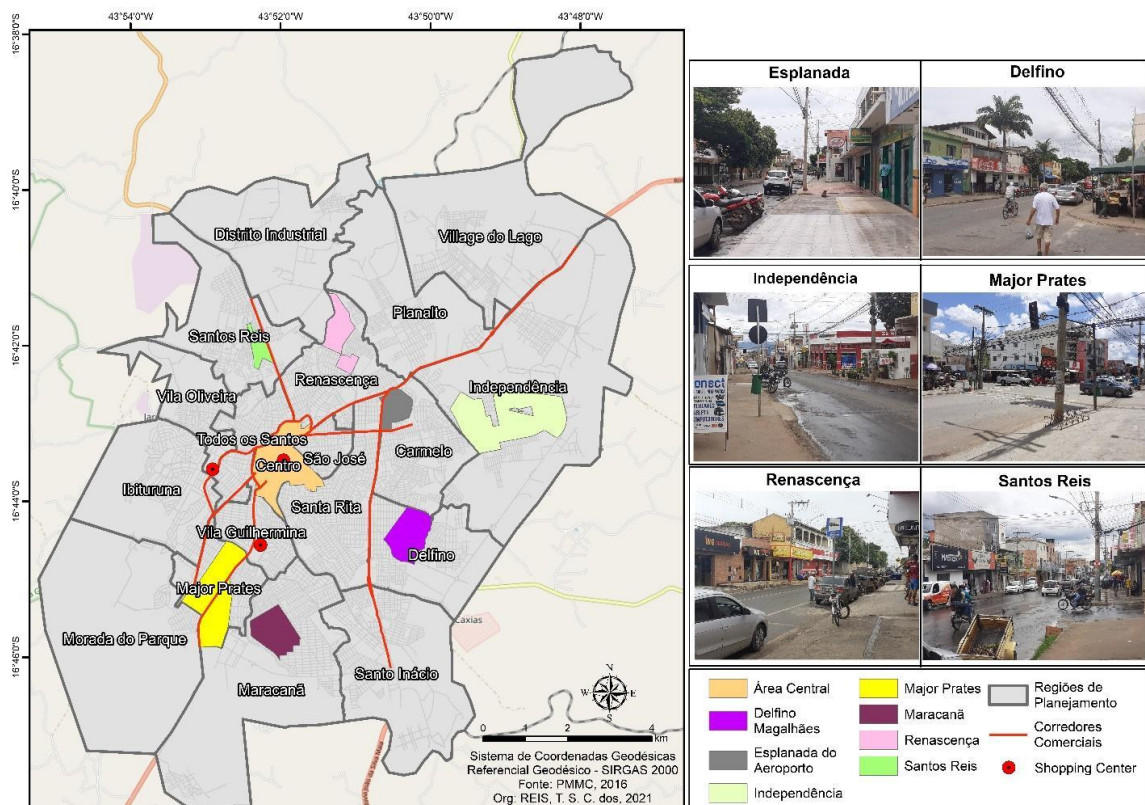


Figura 8– Subcentros em Comércios e Serviços em Montes Claros/MG, 2020.

Em Montes Claros, as novas centralidades surgiram a partir da descentralização da área central, vinculada ao dinamismo econômico e demográfico de bairros que se desenvolveram para a configuração de subcentros por meio das ações dos grupos urbanos diversos. Essas centralidades localizam-se em quase todas as áreas da cidade com maior número de habitantes. Exceto na área oeste, como já demonstrado, pois essa distingue-se das demais em função da maior concentração de renda da cidade. Isso se explica pela ação dos agentes do mercado imobiliário, essa área é destinada para fins residenciais para a população de alta renda, não sendo, portanto, atrativa para a fixação de empreendimentos comerciais e de serviços. Outra análise possível diz respeito à mobilidade, pois o automóvel facilita o deslocamento para compras ou busca de serviços.

A cidade possui três shoppings centers, sendo eles o Montes Claros Shopping, o Ibituruna Center Shopping e o Shopping Popular Mário Ribeiro da Silveira. Estes empreendimentos foram indicados por 18% dos respondentes e os outros, 10% afirmaram que consomem em outros locais.

Os respondentes também foram indagados se frequentam em Montes Claros espaços públicos de lazer (parques, praças) 41% informaram que sim e 59% não. Dos frequentadores de espaços públicos, 40% dos respondentes informaram que frequentam parques públicos, 13% visitam praças, 5% campos de futebol, 3% usam quadras esportivas. (Gráfico 3).

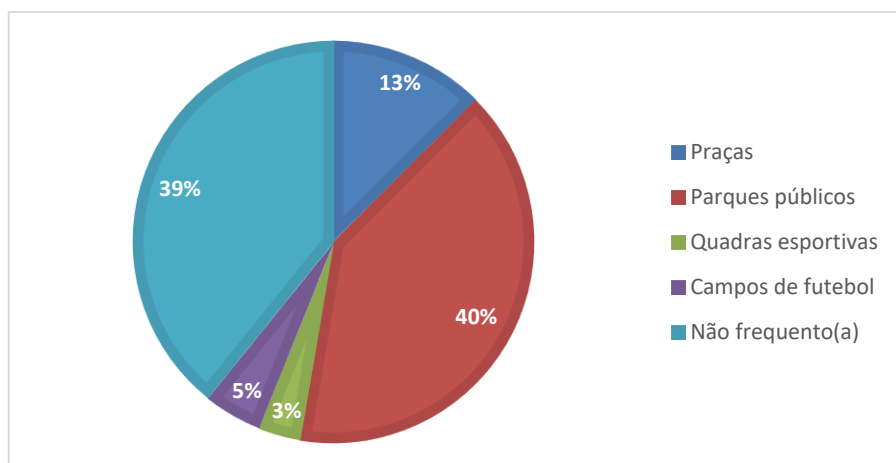


Gráfico 3 – Espaços públicos frequentados

Fonte: Pesquisa Direta, 2020.

Org.: REIS, T. S. C., 2021.

A aplicação do questionário permitiu verificar aspectos da mobilidade urbana, das centralidades e consumo e uso de espaços públicos. Constatou-se que em Montes Claros a fragmentação urbana é intensa. Não obstante, o processo de fragmentação dever ser foco das políticas públicas e do planejamento urbanos com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

Destaca-se a necessidade de investimentos infraestruturais em mobilidade e acessibilidade urbana, principalmente, no Sistema de Transporte Coletivo Urbano. Este é o principal meio de deslocamentos de passageiros das grandes e médias cidades brasileiras, como é o caso de Montes Claros, que enfrenta grandes problemas relacionados a esse tipo de serviço como alto custo para o usuário, superlotação, segurança e tempo de espera. Diariamente a população constituída em sua maioria por trabalhadores, estudantes e pessoas que desejam se locomover por motivos diversos como negócios, compras, bens materiais e imateriais, pagamentos de contas, saúde, lazer, entre outros, utilizam esse meio de transporte. Desse modo, o transporte coletivo urbano é fundamental, pois ao proporcionar o deslocamento e os fluxos da população para os diversos setores urbanos, pode integrá-los e, a partir disso, conduzir a sociabilidade e minimização das desigualdades sociais.

Nessa linha, também as novas centralidades fruto da reestruturação do espaço urbano pelo crescimento demográfico e espacial, representadas, principalmente, pelos subcentros nas cidades médias, para além da reprodução de capitais, consumo e movimentação de pessoas. Podem ser potencializadas como espaços de consumo, diversificação e especialização para as classes de baixo poder aquisitivo que possuem dificuldades para a acessibilidade à área central. Dessa forma, as novas centralidades contribuiriam efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da população

Quanto aos espaços públicos, eles podem atender as necessidades populacionais, como lazer, entretenimento, prática de esportes, socialização e contato com o meio ambiente. Em Montes Claros é necessário ampliar a criação de áreas públicas de lazer adequadas e presentes em todas as áreas da cidade. Já as áreas existentes precisam de manutenção, conservação, revitalização, infraestrutura e investimentos público e privado, além da boa utilização por partes dos próprios frequentadores. É evidente a importância das áreas verdes urbanas públicas para a garantia da qualidade de vida da população. Além disso, políticas públicas eficazes que garantam o direito à cidade para todos os seus habitantes, independentemente de sua renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço geográfico, como produto e produtor, revela inúmeros processos de uso e ocupação do solo urbano que geram padrões distintos de acordo com o perfil dos grupos sociais que o habita. Assim, o processo de fragmentação espacial vincula-se à produção e reprodução do espaço urbano marcado pela diferenciação entre os grupos sociais que o ocupam. A fragmentação espacial, recente e crescente, tem sido tema de pesquisas no âmbito da Geografia Urbana dada a complexão estruturação e produção da cidade contemporânea.

A distribuição desigual da renda acirra as desigualdades e as rupturas socioespaciais nas cidades, conduzindo ao processo de fragmentação. A fragmentação espacial é reflexo das práticas urbanas desiguais, em que há um favorecimento de certas áreas, seja em razão da presença de equipamentos urbanos, pela oferta de serviços, da disponibilidade do lazer, da moradia, dos níveis de consumo, em detrimento de outras. As classes de menor poder aquisitivo são limitadas para acessar toda a cidade, seja pela dificuldade na mobilidade, pela presença dos muros, que agora cercam áreas “exclusivas”, em espaços privativos, entre outros fatores.

Na cidade fragmentada, o senso de coletividade reduz-se, e os “diferentes” vão se fechando em suas formas de convivência homogêneas entre seus iguais. Os cidadãos não compartilham espaços comuns, e a cidade se torna frações de cada grupo social, com o distanciamento das relações entre os cidadãos.

Como exposto, a renda é um indicador que possibilita a compreensão do processo de fragmentação espacial, tendo em vista que quanto maiores são as diferenças entre as classes sociais em uma cidade, maiores serão as distâncias físicas e imaginárias que os separam dentro do espaço urbano.

Montes Claros passou por várias transformações espaciais, políticas, econômicas e sociais desde a sua origem no século XVIII, favorecendo seu dinamismo intra e interurbano, demonstrando suas articulações com diferentes escalas geográficas além da regional.

O crescimento demográfico acelerado e o aumento das atividades influenciaram na dinâmica estrutural urbana, e à medida que tais atividades se tornaram mais complexas passaram a diversificar-se também. Nesse contexto, pode-se afirmar que foi a partir da complexidade econômica e da urbanização, iniciada na década de 1960, que houve a formação de novas espacialidades urbanas em Montes Claros.

Mediante a análise teórica e empírica desenvolvida nesse artigo, demonstrou-se a fragmentação espacial em Montes Claros, cujas características são percebidas nas formas urbanas, desigualdade de renda, mobilidade urbana, consumo e uso dos espaços públicos.

A renda é um dos principais fatores da fragmentação espacial, uma vez que o poder de compra é um dos fatores determinantes das separações dos espaços e organização em frações. Em Montes Claros, as áreas de maior renda, como é o caso do Ibituruna, Morada do Sol e Todos os Santos (área Oeste), são aquelas privilegiadas, estando próximas aos equipamentos urbanos e à área central. Já o Maracanã (área Sul), Santos Reis (área Norte) Carmelo, Delfino e Santo Inácio (área Leste) apresentam menor concentração de renda, e são as que possuem poucos equipamentos urbanos.

Observou-se ainda que, independentemente de renda, para a população participante da aplicação dos questionários, há dificuldades no que tange à mobilidade e infraestrutura urbana dos bairros em que residem. Por exemplo, respondentes com renda superior a 4 salários e que residem em

bairros mais equipados, como São Luiz, Morada do Sol, declararam que há dificuldades em seus deslocamentos e que falta infraestrutura urbana adequada nos seus bairros. Entre aqueles com renda inferior a 3 salários e que residem em bairros de menor infraestrutura urbana, como Vilage do Lago II e Santo Antônio II, também apontaram deficiência na infraestrutura e problemas com deslocamentos.

Portanto, Montes Claros apresenta-se como uma “cidade fragmentada em construção”, de acordo com Salgueiro (2001). Configura-se com um perfil polissêmico, para além do padrão mononuclear, com as novas centralidades, por meio dos subcentros e shoppings-centers que possui. Quanto às formas de moradia “dissonantes no seio dos tecidos com uma certa homogeneidade morfosocial”, verifica-se o caso dos condomínios de alto status e os conjuntos habitacionais ilustrados nessa análise. A fragmentação também é evidente quanto se considera os acessos da população quanto aos espaços públicos denotando sua concentração nas áreas sul e sudoeste da cidade.

A partir dessa realidade em Montes Claros, torna-se importante que os agentes públicos implementem políticas voltadas para a disponibilização de estruturas urbanas (condições de moradia, espaços de lazer, áreas verdes, parques) em todas as áreas da cidade. Ainda, é necessário investimentos em programas que melhorem as condições de mobilidade urbana e que busquem promover o acesso de toda a população aos espaços e equipamentos urbanos já existentes.

AGRADECIMENTOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, processo 101252/2022-6.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, processo APQ-03318-18

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) Termo de Concessão no. 0013/2019.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R., CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista RA'E GA**. Curitiba, n. 13. Editora: UFPR, 2007. p. 7-18.

BARBOSA, R. S. Habitação social e segregação residencial em Montes Claros/MG. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, 2016.

BATISTA, R. P. **Segregação Socioespacial e a Paisagem Urbana: Um Estudo Da Cidade De Montes Claros – MG**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros. 2017.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 4ª Ed

CATALÃO, I. F. Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

CORRÊA, R. L. **Perspectivas da urbanização brasileira** – uma visão geográfica para o futuro próximo. In: X Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), Florianópolis, 2007.

FRANÇA, I. S. Urbanização Contemporânea e Desigualdades Sociais: análise de Montes Claros/MG. **Revista GeoSertões**. (Unageo-CFP-UFCG), [S./l.], v. 5, n° 9, jan./jun. 2020.

FRANÇA, I.S. A cidade média e suas Centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. **Dissertação** (Mestrado em geografia). Universidade Federal de Uberlândia.

FRANÇA, I. S; ALMEIDA, M.I.S; OLIVEIRA, R. S. Dinâmica imobiliária em cidades médias: a expansão dos empreendimentos horizontais em Montes Claros/MG. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro - Ano 16, n°. 25, v. 1, 1º semestre de 2014, pp.19-38. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>.

GARNIER, J. B. G. **Geografia Urbana**. 2ª. edição. Fundação Calouste Gulbenkian/Lisboa, 1980. Tradução Raquel Soeiro de Brito.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2ª Ed. São Paulo, Edusp, 1997.

IBGE. **Estimativa Populacional em 2020**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

IBGE. **Pesquisa Produto Interno Bruto Municipal, 2019**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/html/>>.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Intermediárias**. Coordenação de Geografia: RJ, 2017. 82p.

IBGE. **Áreas Urbanizadas do Brasil, 2015**.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. **Espacialidade em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. 264 p. ISBN: 85- 7623- 024 -0.

LAGO, L. **A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos**. Cadernos IPPUR, n. 15-16, p.155-76, 2002.

LEITE, M. E. (Org.). **Atlas Ambiental de Montes Claros**. Montes Claros: Unimontes, 2020, 66 p. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/7/2020/03/atlas-compactado.pdf>

LENCIONI, S. **Metrópole, Metropolização e Regionalização**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2017

LIMONAD, E. Espaço-tempo e urbanização: algumas considerações sobre a urbanização brasileira. **Revista Cidades**, v.5, n.8, 2008.

MATOS, R. E. da S. **Espacialidade em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. 264 p. ISBN: 85- 7623- 024 -0.

PEREIRA, A. M. Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. **Tese** (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n, 4, p. 39-53, 1998.

_____.Segregação e Fragmentação. In: **Geografia de Portugal** - Sociedade, Paisagens e Cidade. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005. p. 306-312.

SANTOS, M. **A metrópole corporativa fragmentada — o caso de São Paulo**. São Paulo: Ed. Nobel, 1990.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SOJA, E. **Postmetropolis**. Cambridge (MA): Blackwell, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação Socioespacial. **Mercator** (Fortaleza), v. 19, 2020.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2018. p. 61-93.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, M. E. B.; (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente. Faculdade de Ciência e Tecnologia: UNESP, 2001.

VASCONCELOS, P. de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2018. p. 17-38.

ZANDONADI, J. C. Um “novo urbano” ou urbanização da sociedade? Reflexões diante do processo de urbanização contemporânea no Brasil e a ascensão das cidades médias. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.37, v.2, p.104-122, ago./dez. 2015.

ZANDONADI, Júlio César. Novas centralidades e novos habitats: caminhos para a fragmentação urbana em Marília (SP). 2008. 236 f. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96729>>.

SPATIAL FRAGMENTATION IN MONTES CLAROS-MG

Abstract: The urban city needs to be built in its geographic set, at the same time, considering its urban peculiarities and as a spatial transformation. In Brazil, the process of spatial fragmentation is already well researched in in-depth research for a metropolis, however, in medium-sized cities, the subject is recent. In these cities, spatial fragmentation is configured with its own rhythms and characteristics. Thus, this article analyzes the process of spatial fragmentation in the average city of Montes Claros/MG. For this purpose, the income variable is used; Important in research on the referred leisure process, associated with components such centralities, public and leisure spaces, consumption and horizontal expansion. A methodology developed was qualitative, with theoretical analysis and quantitative field research with iconographic record, in addition to application of record for the population. It was verified, through the results, that Montes Claros obtained a spatially fragmented city. This contrasts in the fabric that reveals itself as its current forms and structuring, among other aspects, its urban reflection from the spatial configuration due to social uses.

Keywords: Urbanization; Medium Cities; Spatial Fragmentation.

FRAGMENTACIÓN ESPACIAL EN MONTES CLAROS-MG

Resumen: La ciudad necesita ser interpretada como un todo, al mismo tiempo, considerando sus peculiaridades intraurbanas y las transformaciones que se han venido produciendo en esta escala geográfica, revelando diversos

procesos urbanos como la fragmentación espacial. En Brasil, el proceso de fragmentación espacial ya es ampliamente explorado en investigaciones académicas centradas en las metrópolis, sin embargo, en ciudades de tamaño medio, los estudios sobre el tema son recientes. En estas ciudades, la fragmentación espacial se configura con ritmos y características propias. Así, este artículo analiza el proceso de fragmentación espacial en la ciudad media de Montes Claros/MG. Para ello se utilizó la variable ingreso; importante en la investigación de este proceso, asociado a componentes urbanos como la centralidades, espacios públicos y de ocio, consumo y expansión horizontal. La metodología adoptada fue cualitativa y cuantitativa, con análisis teórico e investigación de campo con registros iconográficos, además de la aplicación de cuestionarios a la población. Con base en los resultados obtenidos, se verificó que Montes Claros es una ciudad espacialmente fragmentada. Esto se revela a partir de los contrastes de su tejido urbano dadas sus actuales formas de configuración y estructuración reflejadas, entre otros aspectos, en la segmentación espacial por usos sociales.

Palabras llave: Urbanización; Ciudades Medianas; Fragmentación espacial.

RECEBIDO EM: 22/06/2022

ACEITO EM: 27/11/2024